

CARTA ABERTA DO DEPARTAMENTO DE MEDICINA E DA CÂMARA DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA/UEM SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA “MAIS MÉDICOS”

O Departamento de Medicina e a Câmara de Graduação do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Maringá, conscientes da sua missão na formação e educação médica e responsabilidade social com a saúde da população brasileira, manifestam preocupação em relação a medida autoritária com que o Governo Federal vem conduzindo a Política de Saúde:

1. Considerando que o Governo Federal através dos seus ministérios não tem conseguido fiscalizar adequadamente as escolas médicas existentes no Brasil, constatada através dos resultados de baixo desempenho de muitas escolas no ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), a proposta do Governo de criar mais de 11 mil vagas para a Graduação em Medicina sem o devido controle de qualidade na formação é temerária e prejudicial para a saúde da população brasileira.
2. A ampliação do curso de Graduação em Medicina de 6 para 8 anos, com obrigatoriedade de 2 anos de estágio no Sistema Público de Saúde com a intenção do Governo Federal de solucionar a carência de médicos nos postos de saúde da periferia e de municípios sem médicos, não trará benefícios de melhoria da saúde, pois estes, não serão médicos mas “graduandos em medicina”, sem as mesmas responsabilidades e competências de um profissional. Além disso, retardará ainda mais a formação do profissional, e conseqüente a falta de médicos. A transformação deste período de estágio em Residência Médica Obrigatória é preocupante, pois para tanto é necessária uma supervisão adequada em postos de saúde distantes do centro educacional, dificultando o seu controle.
3. Considerando que os médicos com graduação em escolas estrangeiras não tem conseguido a aprovação em exames de revalidação (Revalida) aplicada pelo MEC conforme a legislação atual, a importação de médicos estrangeiros sem a devida aprovação irá expor a população brasileira a médicos de qualidade questionável.
4. A proposta de contratar médicos brasileiros e estrangeiros pagando bolsa de R\$10 mil reais se posiciona contrária as leis que regulamentam o trabalho no Brasil, criando um mercado de trabalho paralelo sem as vantagens de qualquer trabalhador formal no Brasil.

Diante do exposto:

1. Reconhecemos a necessidade de maior acesso ao atendimento de saúde, bem como um planejamento na distribuição desses profissionais nas diversas regiões do Brasil criando incentivos reais e permanentes através da carreira pública para os profissionais de saúde do SUS;
2. Reprovamos a forma precipitada com que o Programa Mais Médicos foi lançado, sem o diálogo e o entendimento com os profissionais e instituições que estão diretamente envolvidos na execução desse programa, representados pelas Entidades de classe, Universidades públicas e privadas, Conselho Nacional de Saúde e Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM);
3. Rejeitamos a contratação de médicos graduados em escolas estrangeiras, sob qualquer pretexto, sem o devido registro legal nos Conselhos de Medicina da jurisdição onde se propõem a atuar e sem a aprovação no REVALIDA (Exame de Revalidação de Diploma de Médicos Graduados no Estrangeiro);
4. Consideramos ainda fundamental a destinação de 10% do PIB para a saúde, com a gestão e aplicação transparente dos recursos, de modo a garantir o atendimento real e efetivo para melhoria de saúde da população brasileira.

Maringá 29 de Julho de 2013

Departamento de Medicina da Universidade Estadual de Maringá
Câmara de Graduação do Curso de Medicina /UEM